

POLÍTICA CULTURAL

Natal Eustáquio
Da equipe do **Correio**

“Conhecemos o governador Joaquim Roriz há 27 anos. Sempre fizemos campanha para ele. Aqui todo mundo é Roriz. Foi ele que me convidou para fazer parte do Conselho, no lugar do meu marido”, conta orgulhosa Inalda Rodrigues dos Santos Oliveira, 52 anos, um dos membros do Conselho de Administração do Fundo da Arte e da Cultura (FAC), vinculado à Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal.

Natural do Recife, Inalda Rodrigues é dona-de-casa e há anos mora em uma chácara em Luziânia. Com 2º grau completo, integra o Conselho desde o ano 2000. Duas vezes por mês, vem a Brasília para participar das reuniões do colegiado, trabalho que lhe rende jetom de R\$ 900,00 (por sessão). “As reuniões chegam a durar uma, até duas horas”, explica.

É a pessoas como Inalda Rodrigues, sem vivência ou experiência na promoção da atividade artística, como ela própria confessa, que estão confiados os recursos do FAC, cuja arrecadação este ano atingiu cifra recorde de mais de R\$ 2 milhões, o que possibilitou apoio a 80 projetos culturais, com investimento a fundo perdido de R\$ 1,680 milhão.

Inalda Rodrigues, mulher do babalorixá Pai Paiva (hoje em colegiado semelhante na Secretaria de Turismo), é um dos cinco membros do Conselho, que oficialmente tem como atribuição principal a administração dos recursos do Fundo, assim como a indicação de valores a serem concedidos aos projetos culturais que pleiteiam verbas do FAC. Mas, na verdade, funciona como cabide de emprego para os ocupantes do Palácio do Buriti.

“Apoiei a candidatura do Roriz e em agosto de 1999 fui convidado pela base do governo para integrar o Conselho. O governador achou que eu deveria estar lá”, afirma Carlos Alberto Fernandes, 36 anos. Natural do DF, é arquivista formado pela Universidade de Brasília, embora não exerça a profissão, e empresário da área de moda, residente na Asa Sul.

A maior proximidade de Carlos Alberto com a área cultural é um curso de roteiro de cinema e vídeo feito na Faculdade Dulcina. O conselheiro também afirma nunca ter promovido um espetáculo cultural. “Nunca vi nem soube quem são os conselheiros do FAC. Várias vezes pedi para acompanhar as reuniões, mas não fui atendida. Tudo parece ser feito com muito sigilo”, estranha Rosa Coimbra, representante de dança no Conselho de Cultura.

O estranhamento de Rosa Coimbra faz sentido, sobretudo porque o regulamento do Fundo (artigo 7º) determina que “as sessões do Conselho do FAC serão públicas e abertas, com divulgação de data, pauta e local de realização”. Na Secretaria de Cultura, o assunto é tabu. “Os conselheiros do FAC são de indicação pessoal do governador”, limita-se a dizer a chefe de Gabinete da secretária, Graça Farias, que responde pelo FAC na ausência (em férias) do coordenador Geraldo Magela de Rezende.

A realidade, entretanto, é um contra-senso, pois o Conselho de Cultura, composto em parte por realizadores culturais, com vivência e conhecimento do *fazer artístico* nas respectivas áreas, tem como atribuição apenas analisar o mérito cultural dos projetos inscritos no FAC. A avaliação de custos, e a consequente liberação dos recursos pleiteados, é feita pelo Conselho do FAC, conforme previsto na lei.

“Jamais um conselheiro do FAC nos procurou para consulta de preço ou conhecimento de algum projeto”, diz Omar Franco, representante de artes plásticas no Conselho de Cultura, para quem as pessoas com mais



Conselho de Administração do Fundo da Arte e da Cultura é cabide de emprego. Mesmo sem entender do assunto, membros recebem R\$ 900,00 por reunião. Para piorar, as decisões do Conselho de Cultura são desprezadas pela secretaria na hora da distribuição dos recursos

A relevância dos projetos

Com tanto dinheiro em caixa, a Secretaria de Cultura protagonizou verdadeira festa com recursos do FAC. Entre os 80 projetos apoiados (de 115 inscritos), há vários de qualidade e finalidade questionáveis, como nova edição de *Como Salvar o Brasil*, livro com idéias mirabolantes de Donato Epifânio de Oliveira, apoiado com mais de R\$ 9,4 mil. Ou ainda o vídeo que conta a visão que Eduardo Cabral, diretor da Fundação Athon Bulcão, tinha da pintura na infância. O projeto embolsou mais de R\$ 66 mil.

A farra traz à tona a falta de rigor na gestão de recursos públicos, distribuição de dinheiro com critérios flexíveis e existência de verdadeiros abismos entre o entendimento do Conselho de Cultura do DF e o do Conselho de Administração do FAC.

O processo nº 150.000.615, que prevê a edição de livro e disco de Jorge Antunes, é caso ilustrativo. O Conselho de Cultura recomendou a cessão de R\$ 7,6 mil. O Conselho do FAC liberou R\$ 28,9 mil — quase quatro vezes mais do que o sugerido pelo primeiro colegiado. O maestro não foi encontrado para comentar o assunto.

Outro processo que chama atenção é o de nº 150.000.807, por meio do qual o FAC liberou R\$ 80 mil para o 4º Porão do Rock, realizado em julho passado. O projeto teve o mérito cultural aprovado pelo Conselho de Cultura, com sugestão de investimento de R\$ 50 mil, mas recebeu os R\$ 80 mil solicitados pela Gate Produções.

“O que o FAC nos deu foi apenas uma parceria. Não representa a totalidade do evento, que custou R\$ 550 mil. O conselho entendeu a dimensão e a importância do festival, que mostra a música brasiliense e independente. Não pedimos o que não necessitamos”, garante Ulisses Xavier, um dos sócios da Gate Produções.

“Não vejo problema. Se temos dinheiro, por que não dar?”, se pergunta a chefe de Gabinete da Secretaria de Cultura, Graça Farias, que responde pelo FAC nas férias do coordenador Geraldo Magela. “As sugestões do Conselho de Cultura são concessão que a secretária faz. É o Conselho do FAC que decide os valores liberados”, frisa.

ORÇAMENTO ELEVADO

O procedimento de apresentar orçamento elevado, de praxe a artistas em concursos de patrocínio público ou privado, na expectativa de receber valor suficiente para realização do projeto, não é considerado por Graça Farias: “Isso não acontece aqui. Partimos do princípio de que são projetos viáveis, reais e não superfaturados. O artista sabe que a cultura não tem dinheiro.”

“Essa elevação é inteligente. Quando eu não fazia, era chamado de burro. Ela chega a uns 20, 30%, mas nunca o dobro”, atesta o produtor James Fensterseifer. Graça Farias, porém, afirma que os produtores apresentam três orçamentos para cada projeto. “É optamos pelo do meio”, assegura, sem explicar por que vários projetos foram atendidos na totalidade de recursos solicitados ao FAC.

“O que se percebe é uma total falta de critérios. O Conselho do FAC não é rígido nas avaliações. Os recursos estão sendo distribuídos aos borbótes”, percebe Fensterseifer. Com ele concorda Omar Franco, representante de artes plásticas no Conselho de Cultura: “Muitos artistas pediram R\$ 25 mil para gravação do primeiro disco, mas sabemos que não se gasta tudo isso, e liberamos apenas R\$ 10 mil. Agora, se querem fazer cortesia com o dinheiro público, é uma questão judicial.”

Farra no FAC

MESMAS PROPOSTAS, DIFERENTES AVALIAÇÕES

Compare o valor aprovado no Conselho de Cultura com o que o FAC efetivamente liberou

PROJETO	CONSELHO DE CULTURA	ADMINISTRAÇÃO DO FAC
XI Seminário Internacional de Dança (dança)	R\$ 70 mil	R\$ 80 mil
Festival Porão do Rock 2001 (música)	R\$ 50 mil	R\$ 80 mil
Dançando com Gente Nossa (música)	R\$ 25 mil	R\$ 34,9 mil
Livro e Disco, de Jorge de Freitas Antunes (literatura e música)	R\$ 7,6 mil	R\$ 28,9 mil
Circo Tend'Arte (teatro)	R\$ 9 mil	R\$ 25 mil
Luz, Câmera, Ação (dança)	R\$ 10 mil	R\$ 18 mil
Hino Oficial de Brasília (música)	R\$ 3 mil	R\$ 11 mil
O Dia em que Negro Chico Invadiu o Brasil (teatro)	R\$ 9 mil	R\$ 11 mil
Longa Estrada (música)	R\$ 5 mil	R\$ 10 mil
Alma Brasileira (música)	R\$ 8 mil	R\$ 10 mil
Raminho do Baião (música)	R\$ 8 mil	R\$ 10 mil
Moleque — José Cabrera (música)	R\$ 8 mil	R\$ 10 mil
Lembrem-se de Lilith (teatro)	R\$ 9 mil	R\$ 10 mil
O Siriri Cigarra e as Formigas (teatro)	R\$ 9 mil	R\$ 10 mil
50 Anos de Versos e Canções (música)	R\$ 6 mil	R\$ 8,5 mil
Viagem Instrumental (música)	R\$ 6 mil	R\$ 8,1 mil
Cartoon (dança)	R\$ 50 mil	R\$ 31,5 mil

competência para avaliar o custo de uma tela, por exemplo, ou o cachê dos artistas, são mesmo os realizadores culturais.

Graça Farias, por sua vez, argumenta que durante as reuniões os conselheiros do FAC são auxiliados pelos servidores da Secretaria de Cultura que com-

põem o Núcleo de Gestão do FAC. O fato, portanto, revela ser o Conselho de Administração do FAC um órgão colegiado sem função, apenas figurativo, utilizado como lugar para empregar cabos eleitorais do governo.

Os recursos do Fundo, na verdade, são gerenciados pessoal-

mente pela secretária de Cultura, Maria Luiza Dornas, com assessoria de Geraldo Magela, coordenador do FAC. “O Magela está sempre lá, e leva os projetos para aprovação”, revela Inalda Rodrigues. “É estranho eles terem reuniões tão curtas para avaliar tanta coisa. As sessões do

nosso conselho duram em média umas quatro horas”, detalha Rosa Coimbra.

Os outros membros do Conselho do FAC são Adebrair Barbosa Braga, Débora Pricken Medeiros e Nilza Soares Gomes. Todos foram procurados pelo **Correio**, mas não quiseram se pronunciar.